

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/19317</b>	<b>29106/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Emissão de parecer pela Câmara Municipal para os efeitos previstos no artigo 8º alínea d) Lei nº 36/2021, de 14 de junho - Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública - Associação Virar a Página</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DJ - DAAJ - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

#### Considerando que:

1. A Associação Virar a Página - Cozinha Solidária, sediada nesta cidade, veio solicitar a emissão de parecer fundamentado desta Câmara Municipal, que lhe permita requerer o pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 8º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, devidamente instruído;
2. O enquadramento da pretensão no disposto no artigo 4º da referida Lei Quadro do Estatuto de Utilidade pública, o qual dispõe que:

*"1 - O estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local.*

*2 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se fins relevantes para atribuição do estatuto de utilidade pública:*

*a) Aqueles que se traduzam no benefício da sociedade em geral, ou de uma ou mais categorias de pessoas distintas dos seus associados, fundadores ou cooperadores, ou de pessoas com eles relacionadas, e que se compreendam em algum dos setores referidos no número seguinte; ou*

*b) No caso das associações e das cooperativas:*

*i) Aqueles que se traduzam primariamente, mas não exclusivamente, no benefício dos seus associados ou cooperadores, desde que estejam compreendidos em algum dos setores referidos no número seguinte e se o número mínimo de associados ou de cooperadores determinado no artigo 7.º se encontrar verificado;*



*ii) Aqueles que se traduzam no benefício dos seus associados ou cooperadores, quando estes sejam pessoas coletivas, e desde que a atividade dos seus associados ou cooperadores esteja compreendida em algum dos setores referidos no número seguinte.*

**3 - As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública, na prossecução dos seus fins, devem atuar em algum dos seguintes setores:**

*a) Histórico, artístico ou cultural;*

*b) Desporto;*

*c) Desenvolvimento local;*

***d) Solidariedade social;***

*e) Ensino ou educação;*

*f) Cidadania, igualdade e não discriminação, defesa dos direitos humanos ou apoio humanitário;*

*g) Juventude;*

*h) Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento;*

*i) Saúde;*

*j) Proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e extinção de incêndios;*

*k) Investigação científica, divulgação científica ou desenvolvimento tecnológico;*

*l) Empreendedorismo, inovação ou desenvolvimento económico e social;*

*m) Emprego ou proteção da profissão;*

*n) Ambiente, património natural e qualidade de vida;*

*o) Bem-estar animal;*

*p) Habitação e urbanismo;*

*q) Proteção do consumidor;*

*r) Proteção de crianças, jovens, idosos ou outras pessoas em situação de vulnerabilidade, física, psicológica, social ou económica;*

*s) Políticas de família.*

**4 - O estatuto de utilidade pública não pode ser atribuído a pessoas coletivas que, na prossecução dos seus fins, atuem predominantemente, ainda que não de forma exclusiva, em algum dos seguintes setores:**

*a) Político-partidário, incluindo associações e movimentos políticos;*

*b) Sindical;*



c) *Religioso, de culto ou de crença, incluindo a divulgação de doutrinas e filosofias de vida.*’  
(negrito e sublinhado nossos)

**3.** Ademais, segundo o artigo 6.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, o estatuto de utilidade pública pode ser atribuído a pessoas coletivas que revistam uma das seguintes formas jurídicas:

- Associações constituídas segundo o direito privado;
- Fundações constituídas segundo o direito privado;
- Cooperativas.

4. Solicitados contributos do Departamento de Desenvolvimento Humano, informou aquela unidade orgânica que *«A entidade, criada no contexto da pandemia por Covid-19 com o objetivo de apoiar a população com necessidade de apoio alimentar direto, continuou até aos dias de hoje com atividade conhecida de apoio alimentar direto.*

*Foi, ao longo dos anos, convidada a participar e articular com a Rede de Apoio Alimentar de Braga, procurando maior articulação e eficiência nos apoios concedidos.*

*A entidade tem sido ao longo dos últimos anos apoiada pelo Município de Braga. Assim, tanto quanto nos é possível averiguar, não é do nosso conhecimento qualquer informação que comprometa a emissão de parecer positivo do Município de Braga, possibilitando a entidade de requerer o pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública, pelo que o nosso parecer é positivo.»*

**Considerando assim,**

Que a pretensão da Associação Virar a Página-Cozinha Solidária preenche os requisitos previstos na Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, Lei n.º 36/2021 de 14 de junho, estando em condições de ser declarada como instituição de utilidade pública.

**PROPONHO:**

Que o requerido pela dita Associação seja submetido a reunião do Executivo Municipal com vista a emitir o referido Parecer Favorável, nos termos e para os efeitos previstos no referido artigo 8.º alínea d) da citada Lei nº 36/2021 de 14 de junho.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

